

HISTÓRIA: CIÊNCIA HUMANA E SOCIAL: QUESTÕES INTERDISCIPLINARES

José D'Assunção Barros¹

RESUMO: Este artigo intenta discutir a questão da Interdisciplinaridade entre História e as demais ciências humanas e sociais, tais como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia e a Linguística. A discussão inicial é a do alinhamento entre a História e as outras ciências sociais. Na sequência da exposição são discutidos os conceitos de “interdisciplinaridade” e “transdisciplinaridade”. Na segunda parte do artigo são apresentadas, especificamente, as relações entre a História e a Geografia, Sociologia, Antropologia e Linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinaridade; Ciências Humanas; História.

HISTORY AND HUMAN AND SOCIAL SCIENCE: INTERDISCIPLINARY ISSUES

ABSTRACT: The interdisciplinary issues between History and other

¹ Historiador; Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Docente adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. E-mail: jose.assun@globocom

Human and Social Sciences, such as Geography, Anthropology, Sociology and Linguistics are discussed. The initial point comprises the alignment of History and other social sciences. The concepts of interdisciplinarity and transdisciplinarity are investigated. Further, the specific relationships between History and Geography, Anthropology, Sociology and Linguistic are presented in the second part of the essay.

KEYWORDS: Interdisciplinarity; Human Sciences; History.

ALGUNS CONCEITOS E QUESTÕES INICIAIS

Marc Bloch, em *Apologia da História* (1974), define a História como a ciência que estuda “o homem no tempo”. Sua preocupação com esta definição, que nos dias de hoje já nos parece tão corriqueira, era a de assinalar uma distância em relação às definições que delimitavam a História meramente como o “estudo do passado”, o que denunciava uma historiografia que se centrava no fato histórico quase tomado como fim em si mesmo. Para Marc Bloch, os fatos históricos e, sobretudo, os *processos* históricos – que desde já recolocam os fatos históricos em uma perspectiva mais ampla – não eram mais do que os materiais a partir dos quais se podia estudar aquilo que realmente importava: o Homem e a Sociedade.

Decorre daí que a definição de História proposta por Marc Bloch, signo de uma nova historiografia que começava a se opor a toda uma historiografia mais tradicional centrada no factual, permitia enfatizar um vínculo extremamente importante entre a História e as demais ciências que estudam o Homem – e será necessário lembrar, para termos uma dimensão do que se passava no quadro de saberes acadêmicos na Europa na primeira metade do século XX, que as diversas ciências humanas e sociais

havam sido beneficiadas por um intenso desenvolvimento por aquelas décadas. A Geografia Humana, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia e a Linguística, para não falar na Economia, que era já um campo de saber mais antigo, não apenas haviam começado a produzir pesquisas e obras teóricas extremamente significativas, como também reivindicavam um espaço institucional e acadêmico que a História já havia assegurado desde princípios do século XIX. Enfatizar a História como disciplina que estuda “o Homem no Tempo” era de alguma maneira irmanar a História às outras ciências sociais e humanas, como a Geografia, que estudava o Homem no Espaço, ou a Antropologia, que tendencialmente se redefinira como o estudo do Homem na Cultura. Desta maneira, a definição de Marc Bloch revela outro aspecto importante, que seria bastante característico do movimento historiográfico no qual este historiador francês ligado à chamada “Escola dos Annales” se inseria: a Interdisciplinaridade.

Antes de discutirmos conceitualmente a questão da Interdisciplinaridade, será oportuno ressaltar que nem a questão interdisciplinar, nem a reflexão sobre o alinhamento da História às demais ciências sociais e humanas foram de domínio exclusivo da chamada Escola dos Annales. Tanto no âmbito do Materialismo Histórico, como no âmbito da linha hermenêutica derivada do Historicismo, a questão também já vinha sendo colocada em toda a sua riqueza, seguindo adiante em um quadro rico de reflexões. Pierre Vilar, por exemplo, um marxista que dialogou de forma produtiva com os Annales, também trabalharia nos textos de *Marxismo: uma História em Construção* (1973) com uma concepção de “história total” que colocava em interação a perspectiva de história total das primeiras gerações dos Annales e a célebre concepção de Marx de que “tudo é história”. Tratava-se de dar a perceber que nenhum aspecto na história do homem escapava à História e que, portanto, todos os objetos a serem estudados pelas

demais ciências sociais e humanas deveriam ser avaliados também sob a perspectiva de sua historicidade. Assim, se a História é Ciência Humana e Social, de igual maneira cada uma das ciências sociais e humanas deveria se colocar também como histórica, o que em última instância não deixa de ser uma consequência dos próprios princípios fundamentais sustentados pelo Materialismo Histórico desde Marx e Engels. De outra parte, a questão da interdisciplinaridade também seria cara a outros historiadores ligados ao Materialismo Histórico, tal como Edward Thompson, que desenvolve suas pesquisas em diálogo com a Antropologia e que registra esta preocupação interdisciplinar com todo vigor em seu artigo de 1977, intitulado “Folclore, Antropologia e História Social”.

A ideia de que a História alinha-se às demais ciências humanas e sociais também era uma questão de base para os setores do Historicismo responsáveis por uma reflexão hermenêutica mais aprofundada, tal como fora o caso de Wilhelm Dilthey, em fins do século XIX. Dilthey situara a História e demais ciências sociais e humanas sob a rubrica das “ciências do espírito” (*geisteswissenschaften*), e as posiciona em contraposição em relação às ciências da natureza. Mas Hans-Georg Gadamer, que escreverá no século XX suas obras “Verdade e Método” e “A Consciência Histórica”, aprofundará ainda mais a discussão sobre a “consciência histórica” e chamará atenção para o fato de que todas as ciências sociais e humanas são também “ciências históricas” (GADAMER, 1998). Desta maneira, se a História é ciência humana e social, as ciências humanas e sociais, nas suas várias modalidades, são também “ciências históricas”, o que permite entrever que os diálogos entre História e ciências humanas e sociais devem necessariamente se estabelecer em perfeita reciprocidade, de modo que a interdisciplinaridade afirma-se como uma necessidade.

A percepção da História como “Ciência Humana e Social” remete,

portanto, à necessidade de compreender a ‘Interdisciplinaridade’, uma expressão que desde já poderemos registrar como relacionada ao diálogo entre disciplinas distintas. Esta definição mais simplificada de interdisciplinaridade, contudo, apenas coloca inicialmente o problema e, por isto mesmo, autores diversos têm procurado problematizar esta definição no sentido de apreender todas as suas implicações. A Interdisciplinaridade seria mero diálogo entre disciplinas? Ou deve se referir – conforme insistirá Hilton Japiassu em seu ensaio *Interdisciplinaridade e patologia do saber* (1976) – a uma intercomunicação entre disciplinas que resulte necessariamente em “uma modificação entre elas, através de diálogo compreensível, uma vez que a simples troca de informações entre organizações disciplinares não constitui um método interdisciplinar”? Veremos no decorrer deste texto que esta segunda acepção, que implica na transformação de uma disciplina através do contato com outra, guarda íntimas relações com o sentido que à interdisciplinaridade seria emprestado por Marc Bloch e Febvre, mas também por inúmeros outros historiadores no decorrer do século XX, ligados às mais distintas tendências historiográficas, desde os *Annales* até a Escola Inglesa do Marxismo representada por Edward Thompson, ou à Micro-História italiana representada por Carlo Ginzburg.

Antes de prosseguirmos, será importante pontuar que, nos dias de hoje, não é rara a utilização da palavra ‘transdisciplinaridade’ para evocar uma cooperação entre várias disciplinas ou profissionais ligados a diversas áreas de saber – em um Projeto Integrado, por exemplo – mas sem que a Pesquisa ou o Projeto tenha uma disciplina-base. Hilton Japiassu, um teórico que se dedicou particularmente ao estudo da interdisciplinaridade, também chama atenção para um nível de relação entre as disciplinas que seria a pluridisciplinaridade, que consistiria no estudo do mesmo objeto por diferentes disciplinas, mas sem que haja convergência quanto aos conceitos

e métodos. Já o nível ‘Interdisciplinar’ propriamente dito consistiria em uma integração das disciplinas no nível de conceitos e métodos.

Por outro lado, também se utiliza com bastante frequência a expressão “interdisciplinaridade” para designar uma prática que pode se estabelecer no interior decerto campo de saber – no nosso caso a História – com vista às possibilidades de incorporar metodologias ou aportes teóricos oriundos de outras disciplinas, estabelecer diálogos com outros campos de saber, enriquecer esta disciplina com pontos de vista oriundos de outras e também abordar certo objeto de análise comum a outros campos de saber. A Interdisciplinaridade, de todo modo, liga-se modernamente à ideia de que a disciplina que se abre para o diálogo interdisciplinar, ou as disciplinas que se colocam em diálogo, produzam uma transformação efetiva de suas próprias perspectivas.

Apenas para pontuar dois exemplos iniciais, no início do século XX Henri Berr, fundador da *Revue de Synthèse Historique* (1900), envidava esforços para constituir o que hoje estaria bastante próximo da ideia de transdisciplinaridade. Já os fundadores dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre, ficariam célebres logo em seguida por constituírem como pedra de toque de um novo movimento historiográfico a Interdisciplinaridade – entendida principalmente em termos de constituição de certo objeto de análise comum a diversos campos de saber, mas que efetivamente terminou por transformar completamente a historiografia por eles proposta, de tal maneira que autores como Stoianovich chegam a falar na instituição de um novo paradigma a partir deste movimento (STOIANOVICH, 1976), ou mesmo de vários paradigmas novos, tal como postulam Iggers (1971) e Revel (1979).

Apesar do forte impacto que teria a Escola dos Annales com relação ao investimento na Interdisciplinaridade para a renovação da historiografia

contemporânea, o que faz com que lembremos imediatamente deste movimento sempre que pensamos em Interdisciplinaridade, pode-se dizer que não foram poucas as experiências interdisciplinares desenvolvidas na história da historiografia. Esta conheceu, de fato, algumas vagas importantes de diálogos interdisciplinares e também algumas crises nas relações interdisciplinares a que já nos referiremos.

Alguns autores fazem notar que a “interdisciplinaridade” como fenômeno mais amplo e como fenômeno que atinge a historiografia em particular, explica-se não apenas porque os objetos de conhecimento não se acomodam bem no interior de uma única disciplina, mas também porque a própria constituição dos diversos campos disciplinares – em especial nas ciências humanas – corresponde a divisões de trabalho intelectual que precisam de constante reajuste. Jorge Grespan (2005, p. 296), por exemplo, discute a ideia de que os campos de saber que hoje conhecemos sobre as rubricas das ciências humanas e ciências sociais foram em boa parte delimitados ainda no século XIX, no quadro de uma inserção destes campos na Universidade, e esta delimitação requer frequentemente uma “redistribuição do trabalho intelectual”. Por fim, a interdisciplinaridade deve ser compreendida como um fenômeno que se dá em contraponto com a especialização. Se os vários saberes foram tendendo à especialização a partir do século XIX, não demoraria muito a que surgisse um movimento de resistência aos exageros da especialização. Mas deve-se notar que, tal como ressaltam Jantsch e Bianchetti, nada impede que interdisciplinaridade e especialidade convivam de forma harmoniosa, dado que o “genérico e o específico não são excludentes” (JANTSCH; BIANCHETTI, 1997).

Outro ponto importante é que a Interdisciplinaridade também foi utilizada por diversas vezes como estratégia de projeção e de enriquecimento de um campo de estudos, de ampliação de horizontes nos quadros internos

de uma mesma disciplina como a História, de modo a suplantar correntes internas a um mesmo campo do saber. O bem sucedido movimento de interdisciplinaridade encetado pela Escola dos Annales, a partir da França da terceira década do século XX, pode ser evocado como exemplo de estratégia bem sucedida de renovação. José Carlos Reis, que estudou em maior profundidade o movimento dos Annales, aponta o recurso à interdisciplinaridade como um caminho conscientemente assumido por historiadores ligados à fundação dos Annales, como Febvre e Bloch, com vistas a impor uma atmosfera geral de renovação (REIS, 2000, p. 15). Assim, para além do movimento tático empreendido pelos primeiros historiadores dos Annales e que consistiu em bombardear sistematicamente as posições da historiografia tradicional de tipo “historizante”, a outra estratégia do movimento, igualmente fundamental, foi a de encaminhar a proposta de Interdisciplinaridade, com a qual os Annales iriam aproveitar em seu próprio favor toda uma série de novidades e novos olhares sobre o mundo humano que estavam desabrochando no âmbito de disciplinas como a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, a Geografia Humana, ou mesmo a Psicologia. O contato interdisciplinar dos novos historiadores com as novas ciências sociais os levaria, inclusive, à renovação de outros aspectos, tal como a sua representação do tempo histórico, que passaria a ser um tempo estrutural, não ditado pelo eventual, e também articulador de durações distintas relativas a velocidades de mudanças diferenciadas para cada esfera de fenômenos sociais.

2 OS FOCOS DE INTERDISCIPLINARIDADE NA HISTORIOGRAFIA DO SÉCULO XX

O grande movimento de interdisciplinaridade que beneficia a Historiografia no século XX teve vários focos e vários pontos de articulação, no que concerne a correntes historiográficas e escolas históricas. A Interdisciplinaridade efetivou-se com força considerável tanto no âmbito dos setores mais renovados do Materialismo Histórico – e a chamada Escola Inglesa do Marxismo pode ser dada como um exemplo importante de diálogo com a Antropologia – como no âmbito da grande renovação da historiografia francesa empreendida pela Escola dos Annales a partir da terceira década do século XX. Pode ser evocada, ainda, a historiografia italiana das últimas décadas do século XX, que, a partir do trabalho de historiadores como Carlos Ginzburg, também encetou um diálogo importante com a Antropologia. Seria possível citar ainda o diálogo com a Linguística que redefiniu a perspectiva historiográfica de diversos setores historiográficos da chamada Historiografia Pós-Moderna. Estes são apenas alguns dos exemplos mais conhecidos de correntes historiográficas que se renovaram a partir de propostas interdisciplinares.

De todo modo, será oportuno começar por lembrar o movimento dos Annales, que quase automaticamente é associado à questão da Interdisciplinaridade quando pensamos na sua contribuição para a renovação da Historiografia no século XX. Todos os estudiosos do movimento dos Annales são de fato unânimes em apontar a ‘Interdisciplinaridade’ como o grande traço de identidade que unifica todo o movimento dos Annales. A Interdisciplinaridade, de certo modo, assegura a possibilidade de unir os principais pontos que constituem o programa dos Annales: a História-Problema, o caráter construtivo (e não reconstitutivo) da História, a ampliação de fontes históricas (e de metodologias para a sua abordagem) e, por fim, a expansão dos campos históricos e das possibilidades de objetos de estudo disponíveis ao historiador.

Ao eleger como sua preocupação fundamental o Homem enquanto “ser social”, e não mais as elites e instituições políticas que ocupavam o centro das atenções dos historicistas tradicionais, a Escola dos Annales estabeleceria a sua dimensão interdisciplinar como um dos traços mais fortes e característicos do seu programa de ação. A expansão dos campos históricos para além da tradicional História (da) Política na qual se concentrava o historicismo tradicional torna-se uma consequência imediata. Do diálogo e da constituição de um objeto em comum entre a História e a Economia, a Sociologia, a Geografia, surgem como novas modalidades históricas, respectivamente, a História Econômica, a História Social, a Geo-História. Breve, com a ampliação do diálogo em direção à Antropologia e à Demografia, surgiriam, de um lado, a História Antropológica e a História Cultural e, de outro lado, a História Demográfica. Tal como ressalta Marc Ferro em seu ensaio “Des Annales à La Nouvelle Histoire” (1987), estes novos espaços intradisciplinares mostram-se como os sintomas mais claros de uma Historiografia que agora se afastava da Filosofia – principal espaço de diálogo para o Historicismo – e que se tornava uma ciência social, como as outras.

Pode-se dizer que o padrão de interdisciplinaridade que seria proposto pelos Annales dos primeiros tempos erigia-se principalmente em torno de um objeto de análise em comum. Para Lucien Febvre (1922), esse objeto em comum – com a Economia, a Geografia, a Sociologia, em um primeiro momento – implicaria em uma espécie de “troca de serviços” entre as diversas ciências sociais. Era nestes termos que já se expressava Lucien Febvre (1922), tal como registra Jacques Revel em seu artigo sobre “Os Paradigmas dos Annales” (REVEL, 1979). Por outro lado, é preciso acrescentar, ainda, que não se tratava de uma simples “troca de serviços”, pois a nova historiografia iria se transformar profundamente através da

prática interdisciplinar, e a possibilidade de se pensar o tempo histórico de uma nova maneira – articulado em durações diversificadas que incluíam uma longa duração – constitui o mais primoroso exemplo de que a prática interdisciplinar permite efetivamente transformar uma disciplina um ou mais de seus aspectos fundamentais. O diálogo de Fernando Braudel com a Antropologia Estrutural permitiria ao mesmo tempo pensar a história estruturalmente, através da longa duração, e ir além da perspectiva a-temporal de Claude Lévi-Strauss, uma vez que o “evento” não será eliminado da perspectiva de Braudel, mas sim inserido nos quadros de uma estrutura. Obras como *O Mediterrâneo* (1949), portanto, não se limitam a adotar uma perspectiva extraída de outra disciplina, mas sim de produzir uma nova perspectiva a partir do diálogo estabelecido, o que coincide com o já referido conceito de Interdisciplinaridade proposto por Hilton Japiassu (1976).

À parte este reconhecimento importante dos Annales na difusão da ideia de Interdisciplinaridade, é preciso salientar que, mesmo na história da historiografia francesa, a prática interdisciplinar ou mesmo a sua primazia não esteve ligada apenas aos Annales. Existiu ainda outro movimento de máxima importância, de certo modo interior à Historiografia, que na verdade precede o movimento dos Annales na crítica da historiografia tradicional e no estabelecimento de bases para uma Nova História com apoio em relações interdisciplinares. Trata-se do movimento que se organizara em torno do filósofo Henri Berr (1863-1954) e da *Revue de Synthèse Historique*, em circulação desde o início do século (1900), e que já havia contado mesmo com a colaboração de Lucien Febvre como articulista. Este movimento já se organizava em torno da ideia de interdisciplinaridade, projeto que tinha o seu *locus* privilegiado no Centro Internacional de Síntese, fundado por Berr, e que já se concretizava a partir de 1920 em uma coleção dirigida por

Henri Berr com o título de *L'Evolution de l'Humanité*. O movimento liderado por Berr, ao qual os fundadores dos Annales também rendem as devidas homenagens, é, no entanto, menos comentado do que devia, um pouco para não embaralhar o papel de ruptura promovido pelos fundadores dos Annales que sempre foi cultuado pelos historiadores que posteriormente se considerarão herdeiros do grupo.

Berr já ambicionava confrontar a velha historiografia descritiva do século XIX a partir da instituição de uma Nova História que deveria não apenas “descrever” as sociedades e processos históricos, como também “explicá-los” a partir de um fazer historiográfico que deveria incluir uma especial atenção a uma teoria histórica (e não uma filosofia histórica) voltada para a observação empírica. Sobretudo, a sua ideia de “Síntese Histórica” evocava já a cooperação de todas as ciências sociais e humanas, o que se expressa tanto no Centro Internacional de Síntese como na Revista por ele fundados. Isto já o coloca, rigorosamente falando, como o verdadeiro pioneiro com relação à sistemática prática da interdisciplinaridade. Tratava-se, por outro lado, de uma leitura bastante específica da interdisciplinaridade: esta deveria ser concretizada através de um trabalho de equipe (o que hoje seria mais adequadamente chamado de “transdisciplinaridade”) e implicava não apenas na abertura de fronteiras entre as diversas ciências sociais, inclusive a História, mas também em uma aproximação em relação à Filosofia. Isto tudo sem recair, é claro, nas antigas “filosofias da História”, diante das quais Henri Berr se situava criticamente. Destaca-se ainda que a noção de interdisciplinaridade que Henry Berr tinha em vista fundava-se basicamente na busca de um método em comum, contrastando de certa forma com o tipo de interdisciplinaridade que seria sustentado pelos Annales da primeira geração, essencialmente voltado para a busca de um objeto em comum entre as várias disciplinas,

tal como pontua José Carlos Reis em seu ensaio “O surgimento da Escola dos Annales e o seu programa” (2000).

De todo modo, o movimento organizado por Henri Berr vem mostrar que o Antigo Regime Historiográfico afrontado pela perspectiva interdisciplinar dos Annales vinha sofrendo ataques não apenas dos daqueles que logo constituiriam o núcleo dos Annales. Havia, em fins do século XIX, um campo de estudos se formando, por exemplo, entre a História e a Economia, quase que antecipando a transdisciplinaridade que estaria tão em voga no século seguinte, e ali já surgiam historiadores econômicos que eram críticos dos historiadores políticos (entre estes, citaremos o nome de Gustav Schmoller)². De igual maneira, na passagem do século XIX para o XX, Karl Lamprecht (1856-1915) teve de pagar um duro preço de marginalização acadêmica por propor em plena Alemanha uma história de cunho psicológico-cultural, na qual antecipava também a abordagem da História Comparada, para não falar do diálogo com a Psicologia. Suas reflexões, audaciosas para a época e espacialidade alemã de domínio do historicismo político, estão registradas em um texto de 1905 em cujo título pergunta: “O que é História? – cinco leituras sobre a moderna ciência da História”.

2.1 OS DIVERSOS DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Os diálogos da primeira hora, por ocasião das primeiras percepções dos historiadores do século XX, de que havia uma necessidade premente de ultrapassar os limites da disciplina historiográfica com vistas a renová-

² Também impressionam as antecipações da proposta de interdisciplinaridade encaminhadas por James Harvey Robinson, outro opositor da redutora “história política”, e que organiza nos EUA uma “Nova História” (1912) que já pretende trabalhar tanto com a ampliação documental como com a ampliação do interesse historiográfico para todas as dimensões da sociedade, que não apenas a Política.

la, foram entre a Geografia, a Sociologia, e já um pouco a Antropologia, embora ela viesse a retornar depois, com força muito maior, constituindo uma nova grande vaga de interdisciplinaridades a partir dos anos 1980. Também a partir dos anos 1930, a emergência da História Serial e da História Quantitativa obrigou a que se intensificasse o diálogo com a Economia, que, aliás, nunca estivera ausente senão nos setores historiográficos da Velha História Política do século XIX. Também se intensificavam os diálogos com a Demografia e com abordagens como a Estatística, ela mesma uma técnica e um campo disciplinar. Depois da quarta vaga de diálogos interdisciplinares com a Antropologia, os anos 1960 chamariam a atenção dos historiadores para a Linguística e para a Teoria Literária. Este diálogo intensifica-ser particularmente a partir dos anos 1970, e pode ser trazida como exemplificação a obra de Hayden White intitulada *A Meta-História* (1973). Vejamos, por partes, alguns destes vários diálogos interdisciplinares, procurando apreender o que a Historiografia pôde extrair de importante e mesmo de essencial em cada um deles.

2.2 DIÁLOGOS COM A GEOGRAFIA

Os diálogos da Historiografia com a Geografia remontam aos Annales, na primeira metade do século XX. Para entendê-los em suas circunstâncias iniciais, temos que considerar o contexto de emergência e afirmação das ciências sociais no início do século XX. Estas já vinham desfechando críticas mais ou menos ferrenhas contra uma historiografia que desprezavam: a historiografia factual representada pela Escola Metódica francesa e pelos setores mais conservadores do Historicismo alemão. Isto, na verdade, sem contar o contexto de uma disputa que as ciências sociais vinham travando contra a própria disciplina História como um todo – já que esta, milenar

enquanto campo de saber, e centenária enquanto disciplina universitária – já ocupava os principais postos institucionais e oportunidades editoriais.

A Geografia Humana, por exemplo – e não a Geografia Física, de Humboldt, e que já havia sido delimitada por Immanuel Kant no século XVIII – precisava encontrar o seu espaço acadêmico. Friedrich Ratzel havia escrito entre 1882 e 1891 a sua pioneira *Antropogeografia*, e em 1897 a sua *Geografia Política*, ambas a partir de um viés de determinismo geográfico e fundado na utilização de modelos biológicos. São os primeiros estudos autênticos de uma geografia humana e que já começam a buscar o seu território de especificidades. De sua parte, Vidal de La Blache, que teria importância fundamental para um diálogo com os fundadores dos *Annales*, fundara em 1891 a revista *Annales de Géographie*. Percebe-se aqui a Geografia Humana como um campo de saber em recente emergência, buscando afirmar seu espaço territorial e, ao mesmo tempo, integrar-se entre as demais ciências sociais e humanas. Isto posto, os novos geógrafos humanos já vinham revolucionando a própria Geografia, ao introduzir a análise da relação entre sociedade e espaço a partir da perspectiva dos grupos sociais e também de sua evolução no tempo.

Poderemos partir de uma indagação, de modo a compreender a essência desta relação interdisciplinar. O que terá permitido, neste diálogo interdisciplinar entre Geografia e História, que se fale efetivamente em uma relação interdisciplinar que realmente trouxe transformações à prática dos historiadores? A questão foi colocada em 1981 de maneira especialmente elucidativa por Kinser, que examinou como um dos novos paradigmas trazidos pelos *Annales* aquilo que o autor define como um “estruturalismo geo-histórico”. Kinser examina com especial atenção a influência da Geografia Humana sobre a obra de Braudel, especialmente com a mais célebre obra do historiador francês – *O Mediterrâneo e o Mundo*

Mediterrânico – publicada em 1949 e ampliada em 1966.

Esta monumental obra, dividida em três grandes partes que correspondem respectivamente à longuíssima duração, às longas e médias durações e à curta duração, constitui de fato uma história sobre as relações do homem com o espaço e o tempo no mundo mediterrânico do século XVI: uma história que, ao par da grande unidade que será identificada e reconstruída pelo historiador – esta complexa unidade imposta e assegurada pela necessidade das trocas entre áreas tão distintas – mostra-se também como história dos múltiplos espaço-tempos que aí se articulam e que poderão ser decifrados pelo historiador a partir da sua leitura em três durações que se superpõem.

Sem o diálogo com a Geografia, a obra certamente não teria sido possível, o que fica bastante claro quando Braudel aprofunda-se no estudo das espacialidades diversas que se inserem no grande Mediterrâneo, ele mesmo transformado no grande personagem central do problema histórico construído pelo historiador francês. Uma pequena síntese das espacialidades discutidas por Braudel pode nos dar uma ideia de sua apropriação das perspectivas geográficas. Neste grande quadro de complexidades que corresponderia ao Mediterrâneo como um todo, uma primeira grande divisão espacial examinada por Braudel refere-se ao contraste entre o Mediterrâneo-Terra e o Mediterrâneo-Mar. Cada qual destes mundos, em perfeita interação, traz também as suas divisões internas. O Mediterrâneo-Mar, a par de seus inúmeros e singulares mares internos, oferece-se em primeiro plano a uma divisão mais ampla em dois grandes espaços diferenciados: o Oriente e o Ocidente. De sua parte, o Mediterrâneo-Terra revela, na divisão mais ampla, o contraste entre o deserto e as penínsulas. Mas estas penínsulas, examinadas em maior proximidade, oferecem ao olhar geo-históriográfico novas diferenças: a montanha, a colina, a floresta,

a planície, o litoral praiano. Entre as montanhas existirão as pobres e as ricas com relação aos minérios que abrigam em seu subsolo. E, para além disto, também elas abrigarão a diversidade humana: os montanhese conservadores, transumantes, frequentemente isolados, conviverão com os marginais, os libertários ou com os heréticos. Diversidades singulares surgem também no interior dos demais ambientes geo-históricos. Mas sobre essa diversidade de diversidades, uma nova dualidade se estabelece partilhando-as em dois campos antagônicos: a Cristandade e o Islamismo.

É interessante ressaltar que, ao Determinismo Geográfico que havia sido proposto por Ratzel em fins do século XIX, Braudel irá preferir o “Possibilismo Geográfico”, à maneira de Vidal de La Blache. O meio desempenha um papel primordial na vida do homem mediterrânico, abrindo-lhe determinados horizontes e fechando outros, mas em todo o caso permitindo que o próprio homem também se afirme diante dos meios com o qual interagirá naturalmente. “O Mediterrâneo”, de Braudel, não foi a primeira obra a desenvolver a interdisciplinaridade com a Geografia – já que é também uma forte perspectiva interdisciplinar com a Geografia o que já apresentara Lucien Febvre em *A Terra e a Evolução Humana* (1922). De todo modo, o primeiro volume desta obra monumental será sempre lembrado como um marco para a interdisciplinaridade entre os dois campos do saber.

2.3 DIÁLOGOS COM A SOCIOLOGIA

Se os diálogos da historiografia com a Geografia tenderam a certa complementaridade, a mesma que se torna possível a partir da interação entre Tempo e Espaço, já os diálogos da historiografia com a Sociologia ensejaram uma interação ao mesmo tempo rica e eivada de tensões. Tal

se dava porque, das disciplinas sociais emergentes, a Sociologia era a que estava mais apta a desempenhar certa liderança em relação às demais Ciências Humanas e Sociais. Desta maneira, no início do século XX iria se insinuar certa disputa entre Sociologia e História, que bem se expressa nas implacáveis críticas da escola durkheimiana contra a história factual dos historiadores metódicos que, apesar de praticarem uma historiografia que já não correspondia mais aos novos tempos, estavam bem consolidados institucionalmente.

François Dosse, em seu ensaio *A História em Migalhas* (1987), procura mostrar que alguns fatores são sintomas bem significativos da ascensão da Sociologia a uma posição privilegiada no campo dos saberes no decorrer da primeira metade do século XX. Em 1946, a Sociologia conseguiria adentrar a Universidade, conquistando o seu espaço acadêmico; a criação da Associação Internacional de Sociologia, em 1949, mostra que os sociólogos haviam adquirido uma considerável coesão; de igual maneira, a necessidade histórica de planejamentos sociais – surgida no contexto da crise econômica dos anos 1930 e da crise política que tivera seus ápices nas duas Guerras Mundiais – levava as novas instituições de planejamento econômico a requisitarem cada vez mais os serviços de sociólogos, o que contribuía para consolidar o novo âmbito profissional. O sucesso da Sociologia, dentre todas as ciências humanas e sociais, mostrava-se particularmente ameaçador para a historiografia como um todo.

Um dos méritos dos dois fundadores da chamada Escola dos Annales – Marc Bloch e Lucien Febvre – foi o de perceber ao mesmo tempo as ameaças da Sociologia a uma posição que a História já conquistara há mais de um século em termos de liderança entre as ciências das sociedades, e se valerem destas mesmas pressões para combater uma historiografia tradicional que detinha as principais posições institucionais a partir dos

historiadores da chamada Escola Metódica. Os novos historiadores ligados aos Annales desejavam conquistar um espaço dentro do próprio campo da historiografia e, ao mesmo tempo, fazer frente à investida que vinha da Sociologia. Bloch e Febvre foram hábeis em perceber que as críticas dos sociólogos contra os historiadores metódicos tinham muito fundamento e passaram a incorporar estas críticas em seu próprio favor. Conforme assinala José Carlos Reis em um de seus estudos sobre os Annales (2000), eles perceberam que era preciso renovar o conceito de tempo que era encaminhado por aquela historiografia tradicional, que se mostrava excessivamente presa à narração de eventos, além de opor uma história-problema a esta mesma historiografia factual. A Interdisciplinaridade – assimilando uma série de novidades trazidas pelas novas ciências humanas e sociais mostrou-se como uma estratégia exemplar, e seria particularmente através dos contatos interdisciplinares que os novos historiadores lograriam reformular a sua noção de tempo.

Bloch e Febvre preparam o caminho para que Fernando Braudel, na já discutida obra sobre *O Mediterrâneo na época de Philippe II* (1949), eleve à sua forma mais sofisticada o tempo estrutural da longa duração. Tratava-se, contudo, de uma hábil apropriação que iria superar as perspectivas sociológicas e antropológicas sobre o tempo. Se a Sociologia e a Antropologia Estrutural acenaram com a possibilidade de estudar as permanências na História, a historiografia proposta por Braudel iria tanto encapar esta concepção estrutural que enfatizava as permanências, como também encontraria para os eventos históricos um novo lugar historiográfico, pois aqueles estavam agora inseridos em estruturas que os explicavam e problematizavam. A “longa duração” proposta por Braudel – e discutida em seu célebre artigo de 1958 – não era uma estrutura imóvel, mas sim uma realidade histórica que se transformava lentamente. Desde

que devidamente inseridos nas estruturas construídas pelos historiadores, os eventos encontravam agora um novo sentido. Ao mesmo tempo, o modelo braudeliano permitia que se pensasse em uma articulação de durações, e não em uma única estrutura que banira o evento do campo sociológico ou antropológico de considerações.

O sucesso institucional dos *Annales*, que conseguiriam ocupar posições que antes eram controladas pelos historiadores metódicos, e que concomitantemente conseguiram conter as expansões que a Sociologia pretendia fazer às custas da História, mostra como as estratégias dos *Annales* foram bem sucedidas no espaço institucional francês. A Interdisciplinaridade havia funcionado como uma eficaz arma de combate.

2.4 O DIÁLOGO COM A ANTROPOLOGIA

Para abordar a Interdisciplinaridade com a Antropologia, também presente desde a primeira metade do século XX, preferiremos avançar para as últimas décadas do século XX e focar dois outros campos de experiências historiográficas: a chamada micro-história italiana e os desenvolvimentos relacionados à última fase do movimento dos *Annales*. De fato, diálogo com a Antropologia é destacado com especial ênfase por Carlo Ginzburg em seu artigo “O Nome e o Como”, incluído na coletânea *A Micro História e outros ensaios*. Diz-nos o micro-historiador italiano:

Aos historiadores ofereceu a antropologia não só uma série de temas largamente descurados no passado – desde as relações de parentesco até a cultura material, desde os rituais simbólicos até a magia – mas qualquer coisa de muito mais importante: um quadro conceitual de referência, do qual se começam a entrever os contornos (GINZBURG, 1989, p. 172-173).

Além de novos temas e de um novo campo de possibilidades teóricas, a Antropologia também ofereceu aos historiadores possibilidades metodológicas. Tal foi o caso expresso na famosa obra de Le Roy Ladurie sobre “Montaillou”, na qual os depoimentos de acusados e testemunhas incluídos nos registros dos processos de inquisição, em uma pequena aldeia francesa do século XIV chamada Montaillou, são tratados à maneira de depoimentos do tipo que são recolhidos pelos antropólogos. Ladurie examina estes registros históricos de maneira análoga ao que se faz com depoimentos gravados, constituindo-se nesta a novidade metodológica incorporada a partir deste diálogo com a Antropologia.

Reordenando a informação fornecida pelos suspeitos aos inquisidores, Ladurie reconstituiu, a partir desta documentação tratada antropológicamente, tanto a cultura material como a mentalidade dos aldeões. Um pequeno conjunto de depoimentos, *homogêneo* no que se refere à sua produção, e *representativo* no que se refere aos aspectos que Ladurie pretendeu estudar, permitiu-lhe reconstituir algo do que foi a aldeia inteira. E, mais do que isto, a reconstituição dos aspectos da vida cotidiana daquela aldeia lhe possibilitou atingir não a história de uma aldeia particular, mas o retrato de uma sociedade mais ampla, que os aldeões representavam, embora dentro de sua singularidade (BURKE, 1991, p. 96). Em uma imagem particularmente feliz sobre esta obra, Peter Burke refere-se aos intentos de Ladurie em tentar “enxergar o oceano a partir de uma gota d’água”,

É verdade que certos aspectos do tratamento dado por Ladurie às suas fontes foram criticados – sobretudo a sua afirmação de que se tratava de “testemunhos sem intermediários, que nos trazem o camponês sobre si mesmo” (LADURIE, 1990, p. 9). Tal como ainda observa Peter Burke,

“os aldeões depunham em occitanês e seus testemunhos eram escritos em latim. Não era uma conversa espontânea sobre si mesmos, mas respostas a questões sob a ameaça de torturas”. “Os historiadores”, acrescenta, “não podem permitir-se esquecer esses intermediários entre si e os homens e mulheres que estudam” (BURKE, 1991, p. 97).

Carlo Ginzburg, que também explorou claramente estas possibilidades antropológicas na análise de documentos da inquisição, procura avançar na percepção dialógica deste tipo de fontes, cujas possibilidades discute em maior detalhe em seu ensaio “O Inquisidor como Antropólogo”, escrito em 1989 e incluído em *A Micro-História*. Toma-se como ponto de partida o mesmo problema metodológico enfrentado por Ladurie e, posteriormente, por historiadores como Richard Price em *Alabi's Word*: trata-se de dar um uso historiográfico a registros escritos de produções orais – no caso específico de Carlo Ginzburg, as fontes inquisitoriais do início da Idade Moderna. As fontes inquisitoriais – que nos trabalhos de Ginzburg adquirem um novo sentido ao se ultrapassar o antigo enfoque nas “perseguições” em favor do enfoque no discurso – apresentam precisamente a especificidade de serem mediadas pelos “inquisidores”. Ou seja, para se chegar ao mundo dos acusados, é preciso atravessar esse filtro que é ponto de vista do inquisidor do século XVI; é necessário empreender o esforço de compreender um mundo através de outro, de modo que temos aqui três pólos dialógicos a serem considerados: o historiador, o “inquisidor-antropólogo”, o réu acusado de práticas de feitiçaria.

O limite da fonte – o desafio a ser enfrentado – é o fato de que o historiador deverá lidar com a “contaminação de estereótipos”. Mas uma riqueza da mesma documentação é a forma de registro intensivo que é trazida pelas fontes inquisitoriais – uma documentação atenta aos detalhes, às margens do discurso, e fundada sobre um olhar microscópico

– isto, para além do forte dialogismo presente, seja de forma explícita ou implícita. Quanto à estratégia metodológica que aproxima inquisidores do século XVI e antropólogos modernos, a que dá o título ao artigo, é exatamente a de traduzir uma cultura diferente por um código mais claro ou familiar (GINZBURG, 1991, p. 212).

O que nos ensina Ginzburg com o seu trabalho historiográfico sobre estas fontes e com suas reflexões teóricas sobre as mesmas? Antes do mais, fica claro que o historiador deve formular indagações sobre os seus mediadores, para compreender tanto os seus “filtros” como para fazer a crítica de autenticidade e veracidade relacionada à sua mediação dos depoimentos dos réus. Fica claro para o autor, e esta é já uma resposta à indagação inicial, que existe no inquisidor uma vontade real de compreender, o que o leva a inquirir o detalhe e a dar efetiva voz ao acusado. Ao mesmo tempo, a este inquisidor – em que pese o seu desejo de apreender o ponto de vista do réu – nada resta senão tentar entender os depoimentos ou a cultura investigada adaptando-os às suas próprias chaves e estereótipos. A fonte inquisitorial, por estes dois fatores, torna-se intensamente dialógica (isto é: ela envolve o diálogo entre muitas vozes sociais).

Os novos diálogos historiográficos com a Antropologia constituíam, portanto, diálogos sobre a Alteridade, e não é de se estranhar que na mesma época também se tenha intensificado o diálogo com outra Ciência Humana que também aborda a Alteridade, mas sob outra perspectiva. Referimo-nos à Psicologia (e à Psicanálise) que passou a constituir também em foco de atenção para os historiadores. O uso da categoria do “inconsciente”, que mais tarde seria reintensificado pelo diálogo interdisciplinar com a Linguística e as disciplinas do discurso, tem aqui uma entrada importante.

2.5 O DIÁLOGO COM A LINGUÍSTICA E COM OS SABERES

LIGADOS AO DISCURSO

As primeiras aproximações entre História e Linguística remontam ao período entre as guerras mundiais, especialmente por parte de Lucien Febvre, e mais tarde encontrando igual acolhida com Mandrou e Dupront, que atribuíram uma grande importância à linguagem como objeto da História. Contudo, apenas nos anos 70 a categoria “discurso” teria se tornado mais diretamente um objeto de reflexão para o historiador. Neste contexto, devemos nos referir à significativa contribuição de Regine Robin, que, para além de discutir a relação *História / Linguística* (SILVA, 2004), disponibilizou para a comunidade historiográfica uma grande síntese dos principais métodos e técnicas de análise de discurso e de interpretação de vocabulário. Um pouco depois surgiria a relevante contribuição de Reinhart Koselleck, que seria responsável mesmo pela constituição de um novo campo no interior da historiografia, a História dos Conceitos. Com Koselleck, em seu ensaio de 1979, intitulado *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*, a própria relação entre as temporalidades é introduzida em uma perspectiva discursiva.

Para além de uma série de possibilidades metodológicas que passaram a ser incorporadas pelos historiadores no seu repertório de metodologias para análise de fontes históricas, o diálogo mais recente da Historiografia com a Linguística, a Semiótica e a Teoria Literária expressa-se também através de um olhar que o historiador volta sobre si mesmo. Com relação a este aspecto, deve-se notar particularmente o papel da influência de Michel Foucault, particularmente no que se refere à percepção de que o mundo está envolto por discursos que se colocam como espaços e oportunidades de poder. A Historiografia, não sendo exceção, e também se constituindo em um determinado tipo de discurso, logo começou a ser analisada pelos

próprios historiadores sob esta perspectiva.

O diálogo com as disciplinas do discurso ao mesmo tempo foi beneficiado e beneficiou a outro fenômeno historiográfico recente, ao qual muitos se referem como “retorno da narrativa”. A perda do prestígio absoluto que vinha crescendo entre os historiadores em relação à história serial, o que ocorre entre meados e fins dos anos 1970 na França e em alguns países da Europa, e em outros países um pouco mais tarde, fez com que a narrativa passasse a disputar uma posição de primeiro plano na escritura da história. Muitos passaram a aventar a ideia, inclusive, de que, de certa maneira, toda história era narrativa, e até mesmo uma lista de preços! É o que argumenta Jacques Revel em seu ensaio de 1996 sobre “Micro-análise e construção do social”, ao sustentar que até mesmo uma série de preços constituiria de alguma maneira uma forma de narrativa, uma vez que esta organiza o tempo e produz uma forma de representação (REVEL, 1996, p. 35).

Neste aspecto em particular, deve-se creditar uma importância especial às reflexões que Paul Ricoeur (1913-2005) começaria a desenvolver nos anos oitenta. Ricoeur pronunciaria uma frase desafiadora no âmbito do reconhecimento das subjetividades que afetam a história. Em *Tempo e Narrativa*, publicado entre 1983 e 1985, ele irá afirmar que “toda história é narrativa”. Mesmo a História mais Estrutural, como as que foram produzidas por alguns dos historiadores das primeiras duas gerações dos Annales, ou a História mais Coletiva, que apaga os heroísmos e ações individuais para construir uma história das lutas de classe e do seu diálogo com os modos de produção, seria narrativa. Essas “Classes Sociais”, a “Sociedade”, as “mentalidades de época”, constituem “quase personagens”, como nos mostra Roger Chartier nos seus comentários sobre a contribuição de Ricoeur (2002, p. 66). E, conforme argumenta

Jacques Revel em seu ensaio de 1996 sobre “Microanálise e construção do social”, até mesmo uma série de preços constituiria de alguma maneira uma forma de narrativa, uma vez que esta organiza o tempo e produz uma forma de representação (REVEL, 1996, p. 35).

Afirmar que “toda história é narrativa” atinge diretamente, no seu mais delicado âmago, os historiadores que praticavam o antigo modelo estrutural dos Annales, isto porque a “narrativa” – na verdade um tipo específico de narrativa que era a narrativa factual e política da historiografia metódica – havia sido criticada veementemente na caminhada dos Annales em direção ao seu triunfo institucional (e, ao usarmos esta imagem, estamos ainda construindo uma narrativa). Reconhecer esta “narratividade da história” era algo que apontava simultaneamente para os desgastes do velho modelo annalista, que um dia fora tão inovador, e para os desafios de um novo tempo. Mas este reconhecimento da incontornável narratividade do texto do historiador era também o reconhecimento de sua discursividade, no sentido foucaultiano – um reconhecimento do caráter construído não apenas do conhecimento histórico como também da própria escritura historiográfica. Sendo discurso construído, o próprio texto do historiador deveria ser submetido à análise, e isto não poderia (ou não deveria) ser feito com a ausência da contribuição dos próprios historiadores como analistas de seu discurso.

A análise do discurso histórico começou na verdade a ser empreendida por historiadores cerca uma década antes dos trabalhos imprescindíveis de Paul Ricoeur sobre o *Tempo e a Narrativa* (1983-1985), de modo que estes últimos já devem ser recolocados como um desenvolvimento importante de uma tendência anterior. Na verdade, uma reflexão auto-historiográfica estivera presente em autores como Bloch, Febvre e Braudel nas décadas anteriores. Mas uma das primeiras obras que surgem nos

meios historiográficos já beneficiados pela Interdisciplinaridade com a Linguística e com a análise literária, e já sob uma nova perspectiva voltada para a reflexão sobre o discurso e o ofício do historiador, despontará em 1971 com o Ensaio de Paul Veyne intitulado “Como se Escreve a História” (1971), notando-se que Veyne nesta obra já definia a história, essencialmente, como uma “intriga”. Dois anos depois seria a vez de Hayden White lançar um impactante ensaio intitulado *A Meta História* (1973), que examinava o estilo e o fazer historiográfico de grandes historiadores e filósofos da história a partir de sua dimensão literária e estética, conformada a tropos linguísticos. Em 1974, na verdade como uma resposta ao texto que Paul Veyne havia publicado sobre a feitura historiográfica, surgiria um texto de Michel de Certeau que se celebrizou e que foi publicado na coletânea organizada por Le Goff e Pierre Nora com o título *Faire de l'histoire* (1974). O ensaio pretende refletir precisamente sobre a Operação Historiográfica em uma tríplice dimensão que se refere a um Lugar de Produção, a uma Prática e a uma Escrita. Sem um viés interdisciplinar que se tornara também extensivo para as disciplinas do discurso, estas obras certamente não teriam sido possíveis.

O que nos interessa neste momento é problematizar os aspectos críticos que envolvem este aspecto de consciência da narratividade que foi trazido pelo diálogo interdisciplinar com a Linguística e com os saberes do Discurso. No limite, se a Historiografia era discurso, haveria quem postulasse que a historiografia não era mais que uma forma de ficção. Esse aspecto, que, por muitos, foi recebido como um problema e como fonte de incertezas e que, para outros, se redesenhou como um desafio, trouxe a chamada “crise dos referentes” para a História e era já uma ressonância de um campo de reflexões que havia surgido na Linguística e que remontava a meados dos anos 1960, com o fenômeno que passou

a ser conhecido por muitos como “giro linguístico”. A expressão “virada linguística” ou “giro linguístico”, é oportuno lembrar, consolidou-se em 1966 com a organização, por Richard Rorty, de uma série de textos que fundamentalmente tratava se chamar atenção para a ideia de que a própria linguagem estruturava um mundo e uma maneira de ver as coisas, de modo que se colocava em questão a possibilidade efetiva de se entrar efetivamente em contato com uma realidade externa ao discurso. Neste contexto, não tardaria para que também na historiografia surgissem aqueles que estavam dispostos a enxergar na História não mais do que um discurso. No limite, a historiografia poderia mesmo se confundir com a ficção.

Naturalmente que a redução da historiografia à retórica ou à dimensão estética suscitou reações diversas dos historiadores. Uma das mais inteligentes é encaminhada por Carlo Ginzburg em seu livro *Relações de Força*, publicado em 2000 na Itália. Ali, Ginzburg faz notar que aceitar a retórica como dimensão importante do discurso historiográfico não é de modo nenhum incompatível com a questão das provas historiográficas e, para sustentar isto, remonta às clássicas teses de Aristóteles, segundo o qual “as provas, longe de serem incompatíveis com a retórica, constituem o seu núcleo fundamental” (GINZBURG, 2000, p. 63). De igual maneira, em outra oportunidade Ginzburg já buscara apontar as fragilidades de algumas das proposições de Hayden White, no artigo “Entre Provas e Possibilidades”, publicado em 1979. De todo modo, as incertezas produzidas pela interdisciplinaridade da historiografia com as ciências do discurso – estas que foram examinadas com especial atenção por Jean-Claude Chevalier em seu artigo de 1974 sobre a relação entre “História e Linguística” – oferecem uma excelente oportunidade para que reflitamos sobre problemas diversificados que podem surgir dos contatos interdisciplinares.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1 ALGUNS PROBLEMAS GERADOS PELA INTERDISCIPLINARIDADE

Em que pese a riqueza trazida à Historiografia do século XX pela Interdisciplinaridade, deve-se também considerar que esta trouxe à Historiografia novos problemas a serem considerados. Entre os problemas gerados pela Interdisciplinaridade, podemos destacar, antes de mais nada, a multiplicação e a proliferação de linguagens historiográficas diferenciadas. Naturalmente que, a partir de seu contato e interação com diversificadas ciências sociais e humanas, a Historiografia foi se enriquecendo com novos conceitos, novas categorias de análise e toda uma série de novas linguagens que correspondem a campos de saber como a Antropologia, a Sociologia, a Ciência Política, a Economia, a Geografia, e tantos outros. Com a assimilação destes novos universos semânticos e modalidades de discursos, a Historiografia pôde não apenas integrar novos âmbitos discursivos como combiná-los, gerando no seio da historiografia uma grande quantidade de alternativas e quebrando a relativa unidade original da linguagem historiográfica, tal como era praticada a escrita da História antes das aberturas interdisciplinares.

Gerard Noiriel, em sua obra *Sobre a Crise da História* (1996), observa que não apenas multiplicaram-se os dialetos historiográficos entre tendências historiográficas voltadas para diálogos interdisciplinares específicos, como também se produziu certa clivagem entre o conjunto de historiadores mais abertos à Interdisciplinaridade e os historiadores mais tradicionalistas no que se refere a resistências às aberturas interdisciplinares. Para além disso, a utilização de argumentações, abordagens, aportes teóricos e modos de

raciocínio típicos das diversas ciências sociais e humanas também gera com frequência a necessidade de adaptações para a historiografia e para os parâmetros fundamentais do trabalho historiográfico. Em resultado, produzem-se ainda mais multiplicações no instrumental discursivo. Um exemplo pode ser dado com a assimilação do conceito sociológico e antropológico de “estrutura” pela historiografia dos *Annales*, e mais particularmente pela vertente que se apoiou nas inovações encaminhadas por Fernando Braudel. A estabilidade do conceito de estrutura, tal como proposta pela Antropologia Estrutural de Lévi-Strauss, precisou ser adaptada para a exigência historiográfica mínima de considerar um devir histórico em permanente transformação. O evento, na abordagem estrutural dos *Annales*, não poderia ser simplesmente desprezado como em certas correntes da Antropologia Estrutural – ao contrário, deveria ser integrado à estrutura, explicado pela estrutura, controlado pela análise estrutural, mas não poderia ser de modo nenhum contornado.

Outro ponto problemático a se tratar é o dos ‘fatores inibidores de interdisciplinaridade’. As resistências a certas interdisciplinaridades, de parte de certos setores da historiografia, também deve ser problematizada nesta direção. Por vezes, os diálogos não se estabelecem por falta de uma maior compreensão dos especialistas de cada campo em relação ao outro campo com o qual poderia ser estabelecido o diálogo interdisciplinar. Giselda Silva, em artigo recente sobre a relação entre “História e Linguística”, faz notar que algumas das resistências à integração das metodologias de análise de discurso por certo número de historiadores existe em função de um espaço de não comunicação que se estabelece entre historiadores e linguistas. Nem todos os historiadores teriam uma consciência clara sobre a riqueza e amplitude de possibilidades trazidas pela Linguística, compreendendo esta apenas a partir das vertentes

estruturalistas saussurianas. De outra parte, conforme observa a autora, não é difícil encontrar entre os linguistas as afirmações de que o historiador continua preocupado com os grandes fatos, personagens e datas, o que revelaria uma concepção sobre a historiografia que já não corresponde mais à realidade já há muitas décadas. O exemplo é útil para mostrar que o desconhecimento mútuo sobre as diversas possibilidades de outro campo de saber e também sobre a própria história deste campo, pode funcionar como entrave para o estabelecimento de uma relação interdisciplinar que poderia resultar em grande utilidade para um campo e outro.

O receio da ‘perda da identidade’, que de certa forma é expresso por François Dosse na sua crítica aos exageros interdisciplinares da Nouvelle Histoire, por ele referida como uma *História em Migalhas* (1987), também pode ser apontado como um dos fatores de inibição. Dois pensadores importantes da última geração de linguistas que trabalham com a “análise de discurso” – Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2004, p. 264) – acreditam um número significativo de historiadores revelam inquietações diante da aproximação com a Linguística por receios de que haja perda no estatuto científico da História com a opção de estudar a produção de sentido dos discursos. Algumas discussões que já se tornaram clássicas apontam nesta direção, tal como foi o caso do debate entre Ankersmit e Zagorin, em torno das questões da pós-modernidade, através de artigos trocados como réplica através da revista *History and Theory*. Entre outras questões, os autores trouxeram para o centro das discussões historiográficas algumas das questões que atrás discutimos com relação aos problemas surgidos a partir da interdisciplinaridade entre História e Linguística.

REFERÊNCIAS

ANKERSMIT, F. R.. Historiografia e Pós-Modernismo. **Topoi – Revista de História**, Rio de Janeiro, p. 113-135, mar. 2001.

BLOCH, M.. **Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien**. Paris: A. Colin, 1974.

BRAUDEL, F.. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1984.

_____. História e Ciências Sociais: a Longa Duração. **Annales ESC**, n. 4, 1958, p. 725-753.

_____. Personal Testimony. **The Journal of Modern History**, Chicago, v. 44, n. 4, 1972.

CERTEAU, M. de. A Operação Historiográfica. In: A ESCRITA da História. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

CHARTIER, R.. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2002.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D.. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2004.

CHESNEAUX, J.. Desencavar o território do historiador: que pluridisciplinaridade? In: DEVEMOS FAZER da História tabula rasa do Passado? São Paulo, SP: Ática, 1995.

CHEVALIER, J.-C.. A Língua: lingüística e história. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1976, p. 84-98.

- CUNHA, F. S.. **História e Sociologia**. São Paulo, SP: Autêntica, 2007.
- DILTHEY, W.. **Introduction to the Human Sciences**. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- FEBVRE, L.. **A Terra e a Evolução Humana**. [S. l.]: [S. n.], 1922.
- FERRO, M.. Des Annales à la Nouvelle Histoire. In: **Philosophie et Histoire**. Paris: Centre Georges Pompidou, 1987.
- GADAMER, H.-G.. **A Consciência Histórica**. Rio de Janeiro, Rj: FGV, 1998.
- GINZBURG, C.. O Nome e o Como – troca desigual e mercado historiográfico. In: **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.
- GINZBURG, C.. Sobre Aristóteles e a História, mais uma vez. In: **Relações de Força**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, C.. Provas e Possibilidades. In: **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.
- GINZBURG, C.. O Inquisidor como Antropólogo. In: **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.
- GRESPLAN, J.. Considerações sobre o Método. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo, SP: Contexto, 2005. p. 291-300.
- IGGERS, G.. **New Directions in European Historiography**. London: Methuen, 1971.
- JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Org.). **Interdisciplinaridade**. Para além da filosofia do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

JAPIASSÚ, H.. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1976.

KINSER, S.. Annalist paradigm ? The geo-historical structuralism of F. Braudel. Washington: Historical American Association, 1981.

KOSELLECK, R.. **Futuro Passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2006.

NOIRIEL, G.. **Sur la crise de l'histoire**. Paris: Belin, 1996.

PRICE, R.. **Alabi's World**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1990.

REIS, J. C.. O surgimento da Escola dos Annales e o seu programa. In: ESCOLA DOS ANNALES – a inovação em História. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2000. p. 65-90.

REMOND, R. (Org.). **Por uma Nova História Política**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/FGV, 1996.

REVEL, J.. Les paradigms des Annales. **Annales ESC**, Paris n. 6, nov./dec. 1979.

SILVA, G. B.. História e linguística: algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a História da Análise do Discurso. **Saeculum**, n. 11, 2004.

Recebido em: 09 Fevereiro 2010

Aceito em: 28 Março 2011